

ECONOMIA PARANAENSE

Agricultura e pecuária paranaense em tempos de aftosa

*Gustavo Inácio de Moraes**

O diagnóstico de febre aftosa no rebanho do Mato Grosso do Sul, próximo à divisa com o Paraná, cria algumas dificuldades adicionais para o setor rural paranaense²². A agroindústria paranaense experimenta um momento difícil após uma grande expansão ocorrida após a desvalorização cambial e as medidas necessárias para superar as dificuldades dependem em certo sentido ao domínio da política econômica e comercial, e em outro sentido da iniciativa do produtor, seja ele pequeno ou grande.

O crescimento das exportações paranaenses nos últimos anos deveu-se em grande medida ao setor primário e a indústria ligada ao setor. A desvalorização cambial colaborou para o barateamento do produto brasileiro, que detém escala baseado no crescimento da área ocupada e do crescimento da produtividade das terras agrícolas. Esse bom momento ficou evidenciado, sobretudo, nas cidades e no comércio do interior paranaense e na movimentação crescente de cargas no Porto de Paranaguá, principal escoador da produção paranaense²³.

Tabela 1. Exportações do Paraná 1997/2005 por categoria de produtos

Ano	Básicos	Semi Manufaturados	Manufaturados	Total
1997	2,524	0,56	1,74	4,853
1998	1,918	0,665	1,614	4,227
1999	1,735	0,626	1,528	3,932
2000	1,661	0,498	2,156	4,392
2001	2,28	0,561	2,414	5,317
2002	2,383	0,668	2,574	5,7
2003	2,984	0,877	3,212	7,153
2004	3,908	0,969	4,428	9,396
2005 (jan/set)	2,507	0,753	4,089	7,445

Fonte: MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Em US\$ Bilhões.

O setor agropecuário, não apenas no Paraná, liderou e sustentou o crescimento do PIB, enquanto os serviços e a indústria viviam dificuldades com o mercado interno e a

* Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR e Professor Substituto do Departamento de Economia da UFPR. Endereço eletrônico: gustavoim@yahoo.com.br.

²² Até o fechamento desta edição ainda não haviam casos confirmados em território paranaense.

²³ Evidenciou, em paralelo, o déficit de infra-estrutura nas estradas federais que dão acesso ao Porto de Paranaguá e a eficiência relativa das opções atuais de escoamento, como o transporte rodoviário.

política de juros adotada no novo regime cambial, a partir de 1999. O mercado externo, principal destinatário dos produtos agropecuários, cresceu, beneficiou-se com uma série de facilidades e aberturas de mercado para os produtos brasileiros, especialmente a China e os países da Bacia do Pacífico. Além da desvalorização do Real, esse efeito-renda presente no mercado internacional empurrou, para cima, as cotações dos preços dos produtos, em uma tendência geral que se estabeleceu após a crise asiática, em 1997, nos mercados de *commodities*.

Dentre os ramos responsáveis pelo bom desempenho do setor agroindustrial paranaense destacam-se o sucro-alcooleiro, a soja e o setor de carnes e suínos. As principais cooperativas e indústrias do interior paranaense observaram crescimento expressivo de vendas e por tabela a rentabilidade.

O inverso de todo este movimento deu-se a partir de 2004, quando o mercado interno reagiu, os setores industrial e de serviços recuperaram a liderança no crescimento do PIB, e a agroindústria prejudicou-se, mesmo com o crescimento internacional, pela valorização do Real ocorrida a partir do primeiro semestre de 2003²⁴. O impacto no câmbio real da economia brasileira foi um dos elementos mais importantes para explicar uma queda da rentabilidade do agronegócio, embora o volume comercializado tenha se mantido em crescimento. A política de juros, por seu turno, encareceu o crédito, prejudicando adicionalmente o desempenho dos produtores do setor, criando mais um elemento de perda de competitividade.

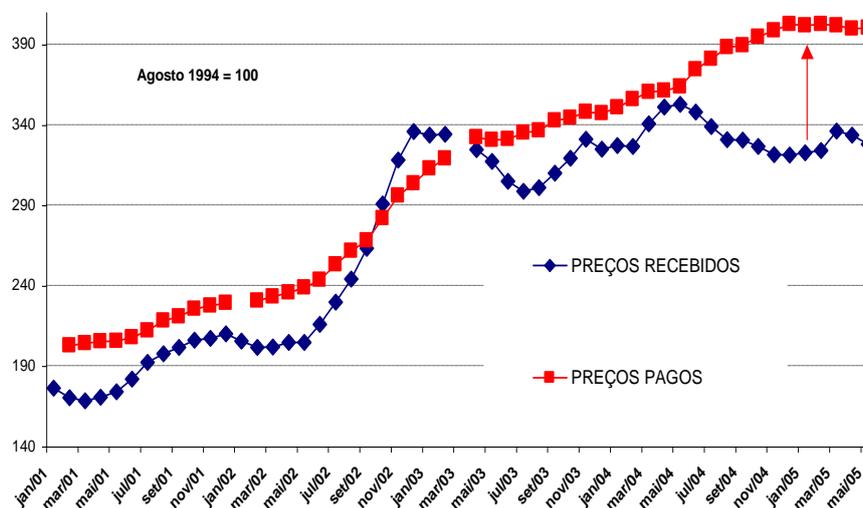
Contudo, esse bom momento foi aproveitado principalmente pelos grandes empreendedores. A situação dos pequenos agricultores e da agricultura familiar não é das mais alentadoras, e isto não é exclusividade do tempo presente. Ao longo dos anos noventa e no início do século 21, os preços agrícolas recebidos pelos agricultores estão defasados em relação aos preços pagos pelos insumos pelo produtor.

A perda de margem ocasionada pela diferença entre preços pagos pelos insumos e preços recebidos pelos produtos agropecuários ampliou-se no período iniciado em abril de 2004. Com escala e tecnologia aplicada na produção é possível vencer esta queda de rentabilidade, contudo tais fatores não estão disponíveis para o pequeno produtor.

²⁴ Provavelmente conseqüência de uma política de juros mais restritiva, levando a um desequilíbrio nas cotações do câmbio real. A princípio não parece evidente um prejuízo maior para o mercado interno, vide taxas de crescimento. Todavia, se pensarmos nos projetos que poderiam ter sido viabilizados com uma taxa de juros menor, o crescimento, provavelmente, poderia ser maior.

Como mostra o gráfico na seqüência, se comparado a agosto de 1994, a margem do agricultor paranaense declinou sem considerações de escala.

Gráfico 1. Evolução dos preços recebidos e pagos pelo agricultor no Estado do Paraná– Agosto 1994 = 100



Fonte: Revista Conjuntura Econômica (FGV) – Seção Índices Econômicos - Vários Números

Aftosa e dificuldades adicionais

Embora o rebanho paranaense ainda não tenha registrado febre aftosa durante a crise atual, o setor pecuarista paranaense sentirá as dificuldades advindas do diagnóstico no Mato Grosso do Sul. As exportações de carne e suínos, além da queda no consumo do mercado interno deve prejudicar o volume e a rentabilidade do setor no Paraná.

Expressiva parcela das vendas paranaenses é realizada a frigoríficos paulistas que, desconfiados das condições sanitárias do Estado, já suspenderam ao menos temporariamente as compras. Independentemente da detecção ou não do foco de aftosa no Paraná, algumas considerações devem ser tecidas.

A febre aftosa nos últimos anos ainda não havia sido erradicada no Brasil, sendo as regiões Norte e Nordeste áreas de risco para o gado. A estratégia de vendas adotada com sucesso pelo Brasil, a partir deste fato, foi diferenciar as regiões saudáveis das contaminadas, o que é correto do ponto de vista geográfico e das características do rebanho. Contudo, o espaço político da política agropecuária permanece o mesmo, sendo as políticas adotadas em uma região, no mínimo, próxima das demais regiões.

A Região Norte, neste sentido, já nos apontava o iminente risco de, a qualquer momento, a aftosa ressurgir em regiões mais importantes do ponto de vista comercial. Uma vez que se trata de uma região de rebanho em crescimento, com derrubadas de florestas e criação de pastos, o Norte evidenciava, de maneira contundente, que a política sanitária brasileira era ineficaz. A política de vacinação do rebanho adotada, idêntica no Norte e no Sul, foi incapaz de eliminar a aftosa no Pará²⁵, por exemplo. Desse modo, fica comprovado que os procedimentos precisam ser repensados e revistos em todo o território²⁶.

A alegação de que os recursos não foram suficientes por parte do governo federal é possivelmente verdadeira. O contingenciamento de verbas ocorre para todos os ministérios e com todos os programas, não apenas o da saúde bovina e suína, mas também, dentre outros, com a saúde humana. Assim, a conscientização do pecuarista faria um excelente serviço.

O pequeno proprietário, pela sua condição patrimonial mais vulnerável, teria atratividade em proteger seu gado, ao passo que o grande proprietário teria também interesse em imunizar seu rebanho, para não prejudicar a comercialização. A união desses conceitos permitiria a compra em larga escala das vacinas, a um preço mais vantajoso do que hoje²⁷, e financiado pelo setor privado. Ao governo restaria o controle da qualidade das vacinas e diretrizes gerais. O atual formato cria o paternalismo de muitos produtores aguardarem a chegada dos técnicos do governo federal ou estadual para aplicação das medidas sanitárias, quando o benefício advindo também possui apropriação privada.

As associações de produtores e cooperativas regionais podem conseguir cumprir tal missão com competência, realizando um serviço descentralizado com resultados melhores do que a necessidade da cobertura de um território mais amplo e até mesmo continental.

Por fim, restam contabilizar os prejuízos. Falar em números absolutos é difícil, pois a extensão do prejuízo está ainda condicionada por três fatores de difícil mensuração. O primeiro deles é quantos focos de aftosa de fato existem. Havia suspeitas, ainda não confirmadas, no Paraná e outras no Mato Grosso do Sul. À parte, também existe a possibilidade de outros estados apresentarem o mesmo problema em breve, pelas condições estruturais apresentadas nos parágrafos anteriores.

²⁵ Os compradores russos, em 2004, fizeram confusão entre o Pará e o Paraná

²⁶ Um dos procedimentos candidatos a revisão é o estabelecimento do período compreendido apenas entre maio e novembro como de campanha de vacinação.

²⁷ Diga-se de passagem que, comparado ao preço do gado, a vacina representa um custo baixo.

Um segundo fator a ser dimensionado é o grau de retorno do produto brasileiro no mercado internacional. Dependerá de derrubar as barreiras impostas e da chance de diferenciar regiões junto a outras nações. Neste caso, o trabalho começará da estaca zero. Os beneficiários óbvios são Austrália, sobretudo no mercado asiático, e Estados Unidos, países que eram líderes e haviam sido ultrapassados pelo Brasil no volume de exportações de carne nos últimos dez anos.

Finalizando, faltam considerar impactos sobre outros produtos agroindustriais. Com a imposição de regras comerciais no âmbito da Organização Mundial do Comércio, as alternativas de negociações mais duras acabam se dando com a adoção das barreiras não tarifárias, como as fito-sanitárias, o que acaba sendo justificável quando o exportador apresenta problemas de controle de qualidade. Retaliar os países que adotaram tais barreiras²⁸ nessa crise atual, é apenas uma maneira de envolver em problemas outros setores exportadores, que nada tem a ver com o problema específico da aftosa, e que permanecem bem conceituados junto a seus clientes estrangeiros.

²⁸ Como chegaram a cogitar alguns líderes dos setores de exportações de carne.

